

JOSÉ JAIRO GOMES

DIREITO ELEITORAL

20^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 21.03.2024
- O Autor e a editora se empenham para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

G614d
20. ed.

Gomes, José Jairo
Direito eleitoral / José Jairo Gomes. - 20. ed., rev., atual. e reform. - Barueri [SP]
: Atlas, 2024.
864 p. ; 24 cm.

Apêndice
Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5977-604-7

1. Direito eleitoral - Brasil. I. Título.

24-88936

CDU: 342.8(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

.....

1	Direitos políticos	1
1.1	Compreensão dos direitos políticos.....	1
1.1.1	Política	1
1.1.2	Direito político, direito constitucional e ciência política	3
1.1.3	Direitos políticos	4
1.2	Direitos humanos e direitos políticos.....	5
1.3	Direitos fundamentais e direitos políticos	7
1.4	Privação de direitos políticos.....	8
1.4.1	Considerações iniciais	8
1.4.2	Cancelamento de naturalização	9
1.4.3	Incapacidade civil absoluta	10
1.4.3.1	Pessoas portadoras de deficiência.....	11
1.4.4	Condenação criminal transitada em julgado	12
1.4.5	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	20
1.4.6	Improbidade administrativa	21
2	Direito Eleitoral	25
2.1	Conceito e fundamento do Direito Eleitoral	25
2.2	O microssistema eleitoral.....	26
2.3	Conceitos indeterminados	27
2.4	Fontes do Direito Eleitoral	27
2.5	Hermenêutica eleitoral	30
2.5.1	Proporcionalidade e princípio da razoabilidade.....	33
2.6	Relação com outras disciplinas.....	38
3	Princípios de Direito Eleitoral	41
3.1	Sobre princípios.....	41
3.1.1	Princípio e valor	45
3.2	Princípios de Direito Eleitoral	47
3.3	Democracia	49

3.3.1	Ideia de democracia	49
3.3.2	Democracia representativa	52
3.3.3	Estado Democrático de Direito.....	54
3.4	Soberania popular	54
3.5	Princípio republicano	55
3.6	Sufrágio universal.....	56
3.6.1	O que é sufrágio?.....	56
3.6.2	Sufrágio e cidadania.....	57
3.6.3	Classificação do sufrágio.....	57
3.6.4	Sufrágio e voto	59
3.7	Legitimidade das eleições.....	59
3.8	Moralidade	60
3.9	Probidade	61
3.10	Igualdade ou isonomia	62
3.11	Pluralismo político.....	63
3.12	Liberdade de expressão.....	65
3.12.1	Dimensão eleitoral da liberdade de expressão	69
4	Justiça Eleitoral	71
4.1	Considerações iniciais	71
4.2	Funções da Justiça Eleitoral	74
4.2.1	Função administrativa	74
4.2.2	Função jurisdicional	75
4.2.3	Função normativa	76
4.2.4	Função consultiva	77
4.3	Tribunal Superior Eleitoral	77
4.4	Tribunal Regional Eleitoral	80
4.5	Juízes Eleitorais.....	83
4.6	Juntas Eleitorais	84
4.7	Divisão geográfica da Justiça Eleitoral.....	85
5	Funções essenciais à Justiça Eleitoral	87
5.1	Ministério Público Eleitoral.....	87
5.1.1	Considerações iniciais	87
5.1.2	Procurador-Geral Eleitoral	88
5.1.3	Procurador Regional Eleitoral.....	89
5.1.4	Promotor Eleitoral	89
5.1.5	Conflitos de atribuição entre membros do MP Eleitoral.....	92
5.2	Defensoria Pública Eleitoral	93
5.3	Advocacia Eleitoral	93
6	Partidos políticos.....	95
6.1	Introdução	95
6.2	Definição	97
6.2.1	Função	98
6.2.2	Distinção de partido político e outros entes.....	99

6.2.3	Coligação partidária	99
6.2.4	Federação partidária	101
6.3	Regime e Natureza jurídica	103
6.3.1	Regime jurídico	103
6.3.2	Natureza jurídica	103
6.4	Registro no TSE	103
6.5	Organização	105
6.5.1	Liberdade de organização	105
6.5.2	Estrutura geral	105
6.5.3	Incorporação e fusão de partidos	107
6.5.4	Fundação e instituto partidário	108
6.6	Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária	109
6.7	Propaganda partidária e intrapartidária	112
6.7.1	Propaganda partidária	112
6.7.2	Propaganda intrapartidária	116
6.7.3	Responsabilização por propaganda ilícita	117
6.8	Finanças partidárias	117
6.8.1	Financiamento partidário	117
6.8.2	Despesas partidárias	119
6.8.3	Prestação de contas partidárias	120
6.8.4	Tribunal de Contas da União	123
6.9	Fidelidade partidária	123
6.10	Perda de mandato por infidelidade partidária	125
6.11	Extinção de partido político	135
6.12	Competência jurisdicional para questões partidárias	136
6.13	Vícios do sistema partidário brasileiro	137
6.14	Improbidade administrativa em partido político	138
7	Sistemas eleitorais	141
7.1	Considerações iniciais	141
7.2	Sistema majoritário	141
7.2.1	Sistema distrital	142
7.2.2	Distritão	144
7.3	Sistema proporcional	145
7.3.1	Introdução	145
7.3.2	Sistema proporcional no Brasil	146
7.3.3	Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário e sobras eleitorais	147
7.3.4	Críticas ao sistema proporcional	152
7.3.5	Suplência	153
7.3.6	Lista aberta, fechada e flexível	154
7.4	Sistema misto	155
8	Alistamento eleitoral	157
8.1	Considerações iniciais	157
8.1.1	Proteção de dados pessoais e sigilo do cadastro eleitoral	157
8.1.2	Domicílio eleitoral	158

8.2	Alistamento eleitoral obrigatório	159
8.2.1	Realização do alistamento.....	159
8.2.2	Pessoas obrigadas a se alistar.....	161
8.3	Alistamento eleitoral facultativo	164
8.4	Inalistabilidade	164
8.5	Transferência de domicílio eleitoral.....	165
8.6	Cancelamento e exclusão	168
8.7	Revisão do eleitorado.....	170
9	Elegibilidade	173
9.1	Caracterização da elegibilidade	173
9.2	Condições de elegibilidade	173
9.2.1	Nacionalidade brasileira.....	174
9.2.2	Pleno exercício dos direitos políticos	174
9.2.3	Alistamento eleitoral.....	175
9.2.4	Domicílio eleitoral na circunscrição.....	175
9.2.5	Filiação partidária	176
9.2.6	Idade mínima.....	178
9.2.6.1	Há idade máxima para se candidatar?	179
9.3	Elegibilidade de militar.....	180
9.4	Reelegibilidade.....	182
9.5	Momento de aferição das condições de elegibilidade	182
9.6	Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade	184
9.7	Perda superveniente de condição de elegibilidade	184
10	Inelegibilidade	187
10.1	Conceito	187
10.2	Fonte.....	188
10.2.1	Tratado ou convenção internacional e inelegibilidade.....	188
10.3	Natureza jurídica e fundamento.....	190
10.3.1	Natureza jurídica da inelegibilidade	190
10.3.2	Fundamento da inelegibilidade.....	192
10.4	Princípios reitores	193
10.5	Classificação	194
10.6	Duração da inelegibilidade	195
10.7	Incompatibilidade e desincompatibilização	196
10.7.1	Desincompatibilização e reeleição	196
10.7.2	Flexibilização do instituto da desincompatibilização?	197
10.8	Inelegibilidades constitucionais.....	197
10.8.1	Considerações iniciais	197
10.8.2	Inelegibilidade de inalistáveis.....	198
10.8.3	Inelegibilidade de analfabetos	198
10.8.4	Inelegibilidade por motivos funcionais.....	201
10.8.5	Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes	206

10.8.5.1	Inelegibilidade reflexa derivada de matrimônio e união estável	210
10.8.5.2	Inelegibilidade reflexa e família homoafetiva	213
10.8.5.3	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consanguinidade ou adoção até o 2º grau	214
10.8.5.4	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau	214
10.8.5.5	Município desmembrado e inelegibilidade reflexa	214
10.9	Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais	215
10.9.1	Considerações iniciais	215
10.9.2	A Lei Complementar nº 64/90	216
10.9.3	Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, art. 1º, I	217
10.9.3.1	Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, <i>b</i>)	217
10.9.3.2	Perda de mandato executivo (art. 1º, I, <i>c</i>)	218
10.9.3.3	Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, <i>d</i>)	219
10.9.3.4	Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, <i>e</i>)	223
10.9.3.5	Indignidade do oficialato (art. 1º, I, <i>f</i>)	229
10.9.3.6	Rejeição de contas (art. 1º, I, <i>g</i>)	229
10.9.3.7	Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, <i>h</i>)	237
10.9.3.8	Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, <i>i</i>)	240
10.9.3.9	Ílícitos eleitorais: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, <i>j</i>)	240
10.9.3.10	Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, <i>k</i>)	242
10.9.3.11	Improbidade administrativa (art. 1º, I, <i>l</i>)	244
10.9.3.12	Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, <i>m</i>)	247
10.9.3.13	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, <i>n</i>)	248
10.9.3.14	Demissão do serviço público (art. 1º, I, <i>o</i>)	249
10.9.3.15	Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, <i>p</i>)	250
10.9.3.16	Magistrado e membro do MP: aposentadoria compulsória, perda de cargo e pedido de exoneração na pendência de PAD (art. 1º, I, <i>q</i>)	253
10.9.4	Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, art. 1º, II a VII	254
10.9.4.1	Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República	255
10.9.4.2	Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador	256
10.9.4.3	Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito	256
10.9.4.4	Inelegibilidade para o Senado	257
10.9.4.5	Inelegibilidade para a Câmara de Deputados	257
10.9.4.6	Inelegibilidade para a Câmara Municipal	257
10.9.4.7	Desincompatibilização – regramento geral de servidores públicos	257
10.9.4.8	Situações especiais	260

10.10	Arguição judicial de inelegibilidade	266
10.11	aferição das causas de inelegibilidade.....	266
10.11.1	Regra geral: aferição no momento do registro de candidatura.....	266
10.11.2	Inelegibilidade superveniente: momento de aferição.....	267
10.11.3	Inelegibilidade posterior à data da eleição: irretroatividade da inelegibilidade.....	268
10.12	Elegibilidade superveniente	268
10.12.1	Alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao pedido de registro: parte final do § 10, art. 11, LE	268
10.12.2	Revogação da suspensão do ato gerador da inelegibilidade.....	272
10.12.3	Inelegibilidade extinta após a data da eleição: irretroatividade da elegibilidade	274
10.13	Suspensão de inelegibilidade	274
10.13.1	O art. 26-C da LC nº 64/90	274
10.13.2	Efeito suspensivo de recurso.....	277
11	Processo eleitoral.....	279
11.1	O que é processo eleitoral?.....	279
11.2	Salvaguarda do processo eleitoral	282
11.3	Anualidade eleitoral.....	283
12	Convenção partidária	289
12.1	Caracterização da convenção partidária	289
12.2	Impugnação da convenção.....	292
12.3	Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?.....	293
12.4	Modo de indicação de candidato para vaga remanescente e substituição.....	293
12.5	Divulgação pública da convenção.....	294
12.6	Prévias partidárias ou eleitorais.....	294
12.6.1	Primárias americanas	295
13	Registro de candidatura.....	297
13.1	Processo de registro de candidatura	297
13.1.1	Considerações iniciais	297
13.1.1.1	Candidatura coletiva	299
13.1.2	Rito.....	300
13.1.3	Formalidades para o pedido de registro	304
13.1.3.1	Documentos necessários ao registro.....	305
13.1.3.2	Identificação do candidato	312
13.1.3.3	Verificação e validação de dados e fotografia.....	313
13.1.4	Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI	314
13.1.5	Candidatura nata.....	314
13.1.6	Número de candidatos que pode ser registrado por partido	315
13.1.7	Quota eleitoral de gênero	317
13.1.7.1	A questão dos trans, transgênero e transexual	323
13.1.7.2	Fraude na quota de gênero	323
13.1.7.3	Financiamento da quota de gênero	325

13.1.8	Quota eleitoral étnico-racial.....	326
13.1.9	Vagas remanescentes.....	326
13.1.10	Substituição de candidatos.....	327
13.1.10.1	Substituição de candidato majoritário.....	329
13.1.10.2	Substituição de candidato proporcional.....	330
13.2	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	330
13.2.1	Notícia de inelegibilidade.....	330
13.2.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	332
13.2.2.1	Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato.....	332
13.2.2.2	Procedimento.....	333
13.2.2.3	Prazos.....	333
13.2.2.4	Início do processo.....	334
13.2.2.5	Competência.....	335
13.2.2.6	Petição inicial.....	335
13.2.2.7	Objeto.....	335
13.2.2.8	Causa de pedir.....	336
13.2.2.9	Partes.....	338
13.2.2.10	Citação do impugnado.....	342
13.2.2.11	Defesa.....	342
13.2.2.12	Desistência da ação.....	343
13.2.2.13	Tutela provisória.....	344
13.2.2.14	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	346
13.2.2.15	Julgamento antecipado do mérito.....	347
13.2.2.16	Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	347
13.2.2.17	Alegações finais.....	349
13.2.2.18	Julgamento.....	349
13.2.2.19	Eficácia da decisão que indefere registro de candidatura..	351
13.2.2.20	Recurso.....	352
14	Campanha eleitoral.....	357
14.1	Campanha eleitoral e pré-campanha.....	357
14.1.1	Pré-campanha.....	358
14.2	Direitos e deveres de candidatos no processo eleitoral.....	359
14.2.1	Direitos de candidato.....	359
14.2.2	Deveres de candidato.....	360
15	Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas.....	363
15.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	363
15.1.1	Modelos de financiamento de campanha eleitoral.....	363
15.1.2	Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral.....	368
15.1.2.1	Limite de gastos de campanha.....	368
15.1.2.2	Financiamento público.....	369
15.1.2.2.1	Financiamento da quota eleitoral de gênero...	371
15.1.2.2.2	Financiamento étnico-racial de candidaturas...	372

15.1.2.3	Financiamento privado.....	372
15.1.2.3.1	Introdução	372
15.1.2.3.2	Início e fim da arrecadação privada de recursos.....	373
15.1.2.3.3	Formalidades para arrecadação de recursos: inscrição no CNPJ, abertura de conta bancária..	373
15.1.2.3.4	Documentação da arrecadação.....	375
15.1.2.4	Recursos de campanha.....	375
15.1.2.5	Objeto da doação	379
15.1.2.6	Fontes de financiamento proibidas.....	381
15.1.2.7	Gastos eleitorais	384
15.1.2.8	Gastos eleitorais não sujeitos a registro	386
15.1.2.9	Administração financeira da campanha.....	387
15.2	Prestação de contas de campanha eleitoral.....	387
15.2.1	Generalidades.....	387
15.2.2	Formas de prestação de contas.....	388
15.2.3	Prestações de contas parciais e finais.....	389
15.2.3.1	Retificação da prestação de contas	390
15.2.4	Procedimento na Justiça Eleitoral.....	390
15.2.5	Julgamento da prestação de contas.....	391
15.2.5.1	Sobras de campanha, recursos de fundos públicos, de fonte vedada e origem não identificada	395
15.2.5.2	Prazo para o julgamento das contas.....	395
15.2.5.3	Recursos.....	396
15.2.5.4	Omissão de informações e falsidade ideológica	396
15.2.6	Assunção de dívida de campanha pelo partido	397
15.2.7	Conservação dos documentos.....	398
15.3	Ação por doação irregular a campanha eleitoral	398
16	Pesquisa eleitoral	403
17	Propaganda eleitoral	407
17.1	Propaganda política	407
17.1.1	Caracterização da propaganda política	407
17.1.2	Importância das novas tecnologias comunicacionais	409
17.1.3	Tipos de propaganda política	412
17.2	Propaganda eleitoral	414
17.2.1	Introdução.....	414
17.2.1.1	Proteção de dados pessoais na propaganda	415
17.2.2	Princípios	416
17.2.3	Classificação.....	418
17.2.4	Propaganda eleitoral ilícita e sanção.....	420
17.2.5	Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada.....	421
17.2.5.1	Não configuração de propaganda eleitoral antecipada: o art. 36-A da LE.....	424
17.2.5.2	Dever de tratamento isonômico por emissoras de rádio e TV	429

17.2.5.3	Impulsionamento em redes sociais no período de pré-campanha	429
17.2.5.4	Dever de informar o uso de tecnologias digitais	430
17.2.5.5	Responsabilidade por propaganda antecipada	430
17.2.6	Propaganda em bem público	431
17.2.7	Propaganda em bem de uso ou acesso comum.....	433
17.2.8	Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público	434
17.2.9	Propaganda em bem particular	434
17.2.10	<i>Outdoor</i>	437
17.2.11	Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos.....	437
17.2.12	Comício, showmício e eventos assemelhados, live.....	438
17.2.13	Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico	440
17.2.14	Reunião e manifestação coletiva	441
17.2.15	Templo, culto e cerimônia religiosos.....	441
17.2.16	Caminhada, passeata, carreata e desfile em veículos automotores...	442
17.2.17	Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens.....	442
17.2.18	<i>Telemarketing</i> eleitoral	443
17.2.19	Mensagens de felicitação e agradecimento	443
17.2.20	Divulgação de atos e atuação parlamentar.....	444
17.2.21	Mídia: meios de comunicação social.....	444
17.2.22	Mídia escrita	445
17.2.23	Mídia virtual	446
17.2.24	Rádio e televisão.....	447
17.2.24.1	Aspectos da propaganda no rádio e na televisão.....	447
17.2.24.2	Entrevistas com candidatas	449
17.2.24.3	Debate	450
17.2.24.4	Debate virtual.....	452
17.2.25	Propaganda gratuita no rádio e na televisão	452
17.2.25.1	Introdução	452
17.2.25.2	Conteúdo da propaganda	454
17.2.25.3	Distribuição do tempo de propaganda	455
17.2.25.4	Primeiro turno das eleições.....	457
17.2.25.5	Segundo turno das eleições	459
17.2.25.6	Invasão de horário e participação de apoiador.....	459
17.2.25.7	Inexistência de emissora geradora de sinais de rádio e televisão.....	461
17.2.25.8	Sanções.....	462
17.2.26	Propaganda na Internet, meios digitais e redes sociais.....	464
17.2.26.1	Introdução	464
17.2.26.2	Liberdade de expressão na Internet.....	465
17.2.26.3	Quem pode realizar propaganda eleitoral na Internet?.....	466
17.2.26.4	Marco temporal da propaganda eleitoral na Internet.....	466
17.2.26.5	Formas lícitas de propaganda eleitoral na Internet.....	467
17.2.26.6	Impulsionamento e priorização de conteúdos.....	468

	17.2.26.7	Formas vedadas de propaganda eleitoral na Internet	470
	17.2.26.8	Proibição de conteúdo <i>deepfake</i>	471
	17.2.26.9	Dever de informar o uso de tecnologia digital, chatbot e avatar.....	472
	17.2.26.10	Dever de cuidado do provedor de aplicação e impulso-namento.....	473
	17.2.26.11	Responsabilidade jurídica.....	474
	17.2.26.12	Página institucional na Internet e perfis em redes sociais....	477
	17.2.26.13	Página institucional na Internet e perfis em redes so-ciais de agente público candidato a reeleição ou a outro cargo eletivo.....	478
	17.2.27	Dia das eleições: propaganda e liberdade de expressão dos eleitores....	479
	17.2.28	Violação de direito autoral.....	480
	17.2.29	Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV	481
	17.2.30	Inviolabilidade parlamentar.....	481
17.3		Representação por propaganda eleitoral ilícita	481
	17.3.1	Procedimento do art. 96 da Lei das Eleições.....	481
	17.3.2	Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita....	482
	17.3.3	Aspectos processuais da representação	482
	17.3.3.1	Procedimento	482
	17.3.3.2	Prazos	483
	17.3.3.3	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público....	484
	17.3.3.4	Início do processo.....	485
	17.3.3.5	Petição inicial	485
	17.3.3.6	Objeto.....	486
	17.3.3.7	Tutela inibitória.....	486
	17.3.3.8	Causa de pedir.....	487
	17.3.3.9	Partes	488
	17.3.3.10	Prazo para ajuizamento.....	490
	17.3.3.11	Desistência da ação.....	491
	17.3.3.12	Competência	491
	17.3.3.13	Tutela provisória	494
	17.3.3.14	Citação do representado	494
	17.3.3.15	Defesa	495
	17.3.3.16	Intervenção obrigatória do Ministério Público	495
	17.3.3.17	Extinção do processo sem resolução do mérito	495
	17.3.3.18	Julgamento antecipado do mérito	495
	17.3.3.19	Fase probatória.....	496
	17.3.3.20	Alegações finais.....	498
	17.3.3.21	Julgamento.....	498
	17.3.3.22	Recurso.....	499
17.4		Direito de resposta	502
	17.4.1	Caracterização do direito de resposta	502
	17.4.2	Aspectos processuais do pedido de direito de resposta	506

18	Eleições, consultas populares, voto e proclamação dos resultados	511
18.1	Eleições e consultas populares.....	511
18.1.1	Consultas populares.....	512
18.2	Sobre o voto.....	513
18.2.1	Definição e classificação do voto.....	513
18.2.2	Voto e escrutínio.....	516
18.2.3	Voto eletrônico ou informatizado.....	516
18.2.4	Críticas ao sistema de votação: transparência da urna eletrônica e voto impresso.....	518
18.3	Garantias eleitorais.....	520
18.3.1	Introdução.....	520
18.3.2	Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos.....	521
18.3.3	Transporte de eleitores.....	523
18.3.4	Oferta de alimentos a eleitores.....	524
18.3.5	Restrição de acesso ao local de votação.....	524
18.3.6	Prioridade postal.....	524
18.3.7	Lei seca.....	525
18.3.8	Participação de forças federais nas eleições.....	525
18.3.9	Feriado nacional.....	526
18.4	Preparação para as eleições.....	526
18.5	Preparação para a votação.....	528
18.6	Dia da eleição: votação.....	529
18.7	Apuração e totalização dos votos.....	533
18.8	Proclamação dos resultados.....	534
18.9	Impugnação do funcionamento dos sistemas de votação ou apuração.....	535
19	Diplomação	537
19.1	Caracterização da diplomação.....	537
19.2	Candidato eleito com pedido de registro <i>sub judice</i>	539
20	Invalidade: nulidade e anulabilidade de votos	543
20.1	Considerações iniciais.....	543
20.2	Invalidade no Direito Eleitoral.....	545
20.2.1	Delineamento da invalidade no Direito Eleitoral.....	546
20.2.1.1	Inexistência.....	546
20.2.1.2	Nulidade.....	547
20.2.1.3	Anulabilidade.....	551
20.3	Prazos para arguição.....	556
20.4	Efeitos da invalidade.....	557
20.4.1	Efeitos gerais da invalidade.....	557
20.4.2	Indeferimento de registro de candidatura.....	558
20.4.3	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato.....	562
21	Ilícitos eleitorais e responsabilidade eleitoral	565
21.1	Ilícito eleitoral.....	565
21.1.1	Configuração do ilícito eleitoral.....	565

21.1.2	Sanção por ilícito eleitoral e proporcionalidade	566
21.1.3	Espécies de ilícitos eleitorais	566
21.2	Abuso de poder.....	566
21.2.1	Introdução.....	566
21.2.2	O que é abuso de poder?	567
21.2.3	Poder e influência.....	569
21.2.4	Tipologia legal do abuso de poder: <i>numerus clausus</i> ou <i>numerus apertus</i> ?.....	569
21.2.5	Abuso de poder econômico	571
21.2.6	Abuso de poder de autoridade	573
21.2.7	Abuso de poder político	574
21.2.8	Abuso de poder político-econômico	577
21.2.9	Abuso de poder midiático.....	577
21.2.10	Abuso de poder na Internet, meios digitais e redes sociais	579
21.2.11	Abuso de poder mediante discurso: os atos perlocutórios.....	582
21.2.12	Abuso de poder religioso	584
21.2.13	Abuso de poder docente.....	588
21.2.14	Gravidade das circunstâncias	588
21.2.15	Sanção por abuso de poder	590
21.3	Fraude.....	590
21.3.1	Sanção por fraude	592
21.4	Corrupção	592
21.4.1	Sanção por corrupção.....	594
21.5	Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	594
21.5.1	Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos	594
21.5.2	Sanção por captação ou gasto ilícito de recursos	597
21.6	Captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	597
21.6.1	Caracterização da captação ilícita de sufrágio	597
21.6.2	Sanção por captação ilícita de sufrágio	605
21.7	Condutas vedadas a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78.....	605
21.7.1	Caracterização da conduta vedada	605
21.7.2	Espécies de condutas vedadas	608
21.7.2.1	Cessão ou uso de bens públicos – art. 73, I.....	608
21.7.2.2	Uso de materiais ou serviços públicos – art. 73, II.....	612
21.7.2.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III.....	613
21.7.2.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos – art. 73, IV	614
21.7.2.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público – art. 73, V.....	616
21.7.2.6	Transferência voluntária de recursos – art. 73, VI, <i>a</i>	617
21.7.2.7	Propaganda institucional em período eleitoral – art. 73, VI, <i>b</i>	619
21.7.2.8	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, <i>c</i>	621

21.7.2.9	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública ou por entidade vinculada a candidato – art. 73, §§ 10 e 11.....	622
21.7.2.10	Infringir o § 1º do art. 37 da CF – art. 74	624
21.7.2.11	Despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII.....	625
21.7.2.12	Revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII	627
21.7.2.13	Contratação de show artístico em inauguração de obra – art. 75	628
21.7.2.14	Comparecimento de candidato em inauguração de obra pública – art. 77.....	629
21.7.2.15	Sanção por conduta vedada e proporcionalidade.....	630
21.7.2.16	Improbidade administrativa e ressarcimento de dano ao erário	631
21.8	Responsabilidade eleitoral.....	632
21.8.1	Noção de responsabilidade jurídica.....	632
21.8.2	Responsabilidade eleitoral e seu fundamento	633
21.8.3	Exigência de processo justo	635
22	Perda de mandato eletivo, invalidação de votos e eleição suplementar	637
22.1	Extinção de mandato eletivo.....	637
22.1.1	Causa não eleitoral de extinção de mandato	638
22.2	Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo	639
22.2.1	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato em razão de ilícito e invalidação da votação	639
22.2.2	Não deferimento de registro de candidatura e invalidação da votação.....	640
22.3	Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE.....	640
22.3.1	O art. 224 do Código Eleitoral	640
22.3.1.1	O regime do <i>caput</i> do art. 224 do CE.....	641
22.3.1.2	O regime do § 3º do art. 224 do CE.....	642
22.3.2	Constitucionalidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do CE	644
22.3.3	Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?	646
22.3.4	Eleição suplementar direta e indireta	647
22.3.5	Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito suplementar.....	648
22.3.6	Responsabilidade civil por danos materiais e morais coletivos decorrentes da realização de eleição suplementar	649
23	Ações eleitorais: procedimento do art. 22 da LC nº 64/90.....	653
23.1	Processo jurisdicional eleitoral.....	653
23.2	tópicos processuais.....	654
23.2.1	Devido processo legal.....	654
23.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	655
23.2.3	Celeridade	655
23.2.4	Imparcialidade dos agentes da Justiça Eleitoral	655

23.2.5	Demanda ou dispositivo	656
23.2.6	Impulso oficial	656
23.2.7	Congruência ou correlação entre a imputação e a sentença	657
23.2.8	Aditamento e alteração da causa de pedir	657
23.2.9	Art. 23 da LC nº 64/90 e persuasão racional do juiz.....	658
23.2.10	Fundamentação das decisões judiciais	659
23.2.11	Publicidade.....	659
23.2.12	Boa-fé objetiva e lealdade.....	660
23.2.13	Instrumentalidade do processo.....	660
23.2.14	Gratuidade	660
23.2.15	<i>Amicus curiae</i>	661
23.2.16	Autocomposição, conciliação e mediação	662
23.2.17	Negócio jurídico processual.....	663
23.2.18	Prioridade na tramitação de feitos quanto a idoso, portador de doença grave e portador de deficiência.....	665
23.2.19	Processo eletrônico	665
23.2.20	Sessão de julgamento por meio eletrônico	666
23.3	Ações eleitorais	668
23.4	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) por abuso de poder	670
23.4.1	Considerações iniciais	670
23.4.2	Procedimento da AIJE.....	671
23.4.3	Atos judiciais e ordinatórios	671
23.4.4	Prazos processuais.....	672
23.4.5	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público.....	674
23.4.6	Início do processo	675
23.4.7	Petição inicial.....	675
23.4.8	Objeto	676
	23.4.8.1 Inelegibilidade, cassação de registro e de diploma.....	676
	23.4.8.2 Tutela inibitória.....	677
23.4.9	Causa de pedir	678
23.4.10	Partes.....	681
23.4.11	Prazo para ajuizamento	687
23.4.12	Litispendência e coisa julgada	688
23.4.13	Desistência da ação	689
23.4.14	Competência.....	689
	23.4.14.1 Conflito de competência.....	690
23.4.15	Tutela provisória.....	691
	23.4.15.1 Tutela provisória de urgência antecipada	691
	23.4.15.2 Tutela provisória de urgência cautelar	693
	23.4.15.3 Tutela provisória de evidência.....	693
23.4.16	Citação.....	694
23.4.17	Defesa	695
23.4.18	Arguição de incompetência	696
23.4.19	Arguição de imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição	696
23.4.20	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	699

23.4.21	Julgamento antecipado do mérito.....	699
23.4.22	Provas.....	700
23.4.23	Colheita e produção antecipada de provas	719
23.4.24	Audiência de instrução probatória	720
23.4.25	Diligências.....	721
23.4.26	Alegações finais	721
23.4.27	Relatório	722
23.4.28	Julgamento	722
23.4.29	Recurso.....	725
	23.4.29.1 Recurso contra decisão interlocutória	725
	23.4.29.2 Recurso contra decisão final, extintiva do processo ou da fase cognitiva do procedimento.....	728
	23.4.29.3 Juntada de documento novo no recurso.....	730
23.4.30	Efeitos do recurso.....	730
	23.4.30.1 Efeito imediato do acórdão que cassa diploma: afastamento do mandatário cassado	732
23.4.31	Juízo de retratação.....	733
23.4.32	Recurso adesivo.....	733
23.4.33	Sessão de julgamento por meio eletrônico	733
23.5	Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	733
23.6	Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	739
23.7	Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78	744
23.8	Cúmulo de ações: Cúmulo de pedidos em um mesmo processo	748
23.9	Conexão e reunião de causas eleitorais	749
	23.9.1 Juízo competente.....	751
	23.9.2 Procedimento a ser observado	752
	23.9.3 Compartilhamento de provas.....	752
23.10	Extensão da <i>causa petendi</i> e princípio da congruência	752
24	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	755
24.1	Caracterização da ação de impugnação de mandato eletivo	755
	24.1.1 Compreensão da AIME.....	755
	24.1.2 Inelegibilidade e AIME.....	756
24.2	Procedimento da AIME	758
	24.2.1 Introdução.....	758
	24.2.2 Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	759
	24.2.3 Temas comuns com o procedimento da AIJE.....	759
	24.2.4 Segredo de justiça.....	759
	24.2.5 Petição inicial.....	760
	24.2.6 Objeto	762
	24.2.7 Causa de pedir	762
	24.2.8 Partes.....	762
	24.2.9 Prazo para ajuizamento	764
	24.2.10 Litispendência e coisa julgada	765
	24.2.11 Desistência da ação	765

24.2.12	Competência.....	766
24.2.13	Tutela provisória de urgência cautelar.....	767
24.2.14	Citação.....	767
24.2.15	Defesa	767
24.2.16	Arguição de incompetência.....	768
24.2.17	Extinção do processo.....	768
24.2.18	Julgamento antecipado do mérito.....	769
24.2.19	Fase probatória: audiência de instrução e diligências	769
24.2.20	Alegações finais	770
24.2.21	Julgamento	771
24.2.22	Recurso.....	772
24.2.23	Juízo de retratação.....	772
25	Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED).....	773
25.1	Caracterização do recurso contra expedição do diploma (RCED)	773
25.2	Natureza jurídica do RCED	775
25.3	Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988.....	776
25.4	Aspectos processuais.....	777
26	Execução e cumprimento de decisões eleitorais.....	787
26.1	Introdução.....	787
26.2	Decisões eleitorais condenatórias	787
26.3	Pagamento voluntário integral ou parcelado.....	788
26.4	Execução e cumprimento de decisões condenatórias em sanção pecuniária	789
26.4.1	Efeitos acessórios do inadimplemento da dívida.....	789
26.4.2	Liquidação do título.....	790
26.4.3	Procedimentos legais para execução e cumprimento da decisão	790
26.4.4	Cumprimento da decisão – rito do art. 523 e ss. do CPC.....	791
26.4.5	Execução da dívida – rito da LEF	791
26.4.6	Cumprimento <i>ex officio</i>	792
26.4.7	Competência.....	792
26.4.8	Legitimidade <i>ad causam</i>	793
26.4.9	Impenhorabilidade dos recursos públicos alocados no Fundo Partidário	795
26.4.10	Honorários advocatícios	795
26.4.11	Prazos processuais.....	796
26.4.12	Prescrição e prescrição intercorrente	796
27	Ação rescisória.....	799
27.1	Ação rescisória eleitoral.....	799
27.2	Ação de anulação de ato processual.....	802
27.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	802
	Referências	803
	Índice	813
	Apêndice.....	821